

ESTUDOS DE CASO SOBRE A ADAPTAÇÃO DO SCORECARD: RESERVAS DA BIOSFERA MONTES AZULES E EL OCOTE

Ana Meli Torres Villatoro e Alejandro Hernández Yáñez ¹

Junho de 2003

Introdução

O primeiro contato da The Nature Conservancy com Chiapas foi em 1986, com o objetivo de expandir seu programa internacional na América Latina e lançar seu programa Parques em Perigo – PeP (Programa Parques em Perigo) com o apoio da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Nessa ocasião, iniciou-se o processo de seleção do que no futuro seriam os sítios do programa PeP. A TNC contribuiu com recursos financeiros para o Instituto de História Natural (mais tarde denominado Instituto de História Natural e Ecologia – IHNE), visando desenvolver o “Diagnóstico Preliminar da Situação Atual das Áreas Naturais Protegidas do Estado de Chiapas”. Esse documento foi importante na escolha das áreas que participariam do programa PeP.

Nos anos 80, a maior parte das áreas naturais fundada era o que se denominava “parques de papel”, ou seja, áreas legalmente decretadas como áreas naturais, mas para as quais não se havia destinado nenhum tipo de recurso para a gestão. Não havia funcionários, equipamentos, infra-estrutura e nem programas de gestão e, em muitas ocasiões, os decretos encontravam-se incompletos. O objetivo do programa PeP era apoiar a criação de condições mínimas de trabalho para atuação nesses sítios.

Em Chiapas, o parceiro da TNC é o IHNE desde 1990 e os sítios são a Reserva da Biosfera El Triunfo, que se iniciou nesse mesmo ano; a Reserva da Biosfera La Encrucijada e El Ocote, que foram incorporadas em 1991 e, por fim, a Reserva da Biosfera La Sepultura, que foi incorporada como um anexo a El Triunfo em 1998. O IHNE, o órgão do Governo do Estado de Chiapas, foi encarregado de promover a fundação de grande parte das áreas naturais protegidas nesta área e está envolvido na gestão das reservas desde então. O Governo Federal, por meio do Instituto Nacional de Ecologia (INE), assumiu a gestão de El Triunfo em 1994, mediante um convênio de colaboração com o IHNE. Posteriormente, no final de 1996, o mesmo foi feito com as outras três reservas. No ano 2000, foi criada a Comissão Nacional de Áreas Naturais Protegidas (CONANP), também do Governo Federal. Atualmente, essa entidade é a responsável pela gestão dessas áreas naturais protegidas, ao mesmo tempo em que mantém convênio de colaboração com o IHNE.

¹ Agradecemos a colaboração dos biólogos Adrián Méndez Barrera e Sonia Náñez Jimenez (Reserva da Biosfera El Ocote), e do engenheiro José Alberto Zúñiga (Reserva da Biosfera Montes Azules).

O IHNE administrava estas quatro reservas por meio do Departamento de Áreas Naturais (DAN), antes de serem administradas pelo INE (portanto CONANP). Os funcionários deste Departamento tiveram acesso à assistência técnica, capacitação profissional, troca de experiências, assim como à aprendizagem e aplicação da metodologia do programa PeP, tais como Análise das Ameaças (AA) e, para a consolidação de sítios, o Scorecard que passou a ser utilizado a partir de 1995. Quando o INE assumiu a responsabilidade pela administração dessas quatro reservas, a maioria dos funcionários do DAN passou a fazer parte do quadro de funcionários do INE, trabalhando em tempo integral em uma dessas áreas.

Desta maneira, muito da experiência adquirida na gestão de áreas Naturais protegidas no IHNE foi transferida ao INE, e mais tarde a outras áreas que não eram sítios do programa PeP. Os dois estudos de caso a seguir fazem parte dessa troca de experiências.

O primeiro estudo de caso foi realizado na Reserva da Biosfera Selva El Ocote, onde se esboçou um Scorecard “avançado” para medir os avanços de seu Programa de Gestão. O segundo estudo foi realizado na Reserva da Biosfera Montes Azules, no qual, utilizando o Scorecard como modelo do programa PeP, concebeu-se um modelo para medir os avanços do trabalho no desenvolvimento comunitário.

Ambos os estudos de caso estão reunidos com informações obtidas a partir de entrevistas que foram realizadas com os biólogos Adrián Méndez Barrera e Sonia Náñez Jiménez, para o caso de El Ocote, e com o engenheiro José. Alberto Zúñiga, para o caso de Montes Azules. Da mesma forma, examinaram-se os Programas de Gestão de cada um dos sítios.

Estudo de caso sobre a adaptação do Scorecard (avaliação do programa de gestão) na Reserva da Biosfera Selva El Ocote

Antecedentes sobre o sítio onde se aplicou a adaptação do Scorecard

Em 1972, El Ocote foi declarado pelo Estado uma Área Natural e Típica do Estado de Chiapas Tipo Ecológico Bosque Chuvoso Alto, com uma extensão mínima de 10.000 hectares. Posteriormente, em 1982, obteve-se o reconhecimento federal ao se declarar uma área como Zona de Proteção de Florestas e de Fauna Selva El Ocote, com uma extensão de 48.140 hectares.

Em junho de 2000, foi reclassificada como Reserva de Biosfera Selva El Ocote e, no mês de novembro daquele ano, foi emitido um decreto federal, ampliando a superfície para 101.288 hectares. Atualmente, a Comissão Nacional de Áreas Naturais Protegidas (CONANP) da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMARNAT) administra essa reserva e conta com um Conselho Técnico de Assessoria (CTA), cuja função é atuar como um órgão de participação e acordos em benefício desta área protegida.

Na reserva se encontram 10 dos 19 tipos de vegetação existentes em Chiapas (Breedlove, 1981), destacando-se a selva tropical. É um refúgio para 646 espécies de vertebrados terrestres (45% dos vertebrados de Chiapas e 23% do país). É importante assinalar a função da área na captação de água pluvial e sua distribuição mediante aportes fluviais subterrâneos. Por outro lado, os aquíferos cársticos a nível mundial são considerados como reservas do terceiro milênio e no Cânion do rio La Venta de El Ocote se abrigam 600 milhões de metros cúbicos de água.

A Selva El Ocote ingressou no programa PeP em 1991 e, durante o período de 1991 a 1996, o financiamento para a gestão da área dependeu quase que exclusivamente desse programa. A partir de 1997, a situação mudou, quando o Governo Federal aportou recursos para a direção e a administração e o Governo do Estado destinou recursos para ações de proteção e vigilância. Durante 1998, a gestão de zoneamento contou com diversas fontes de financiamento que viabilizaram melhorias na gestão da reserva, direcionando muitas das ações a atingir sua consolidação como sítio do programa PeP. As fontes foram: INE (orçamento de recursos fiscais), IHN (projetos de investimento), Fundo Mexicano de Conservação da Natureza, programa PeP (TNC-USAID), Fundação Arbor Day, Fundação Conmpton e National Fish e Wildlife Foundation. Outras entidades que destinaram recursos econômicos para a reserva são: Comunidade Econômica Européia (CEE), World Wildlife Found (WWF), Klamath National Forest (KNF-USFS) e Indústrias BIMBO.

Desenvolvimento da adaptação do scorecard

El Ocote foi classificada para o programa PeP no ano 2000. Nesse mesmo ano, foi publicado o Programa de Gestão da Reserva da Biosfera Selva El Ocote. **O Scorecard projetado para esta reserva foi um “Scorecard avançado” e foi desenvolvido para servir como um instrumento de avaliação que medisse os avanços da aplicação do Programa de Gestão.**

A concepção desse novo Scorecard foi executada dentro do processo de elaboração do Programa de Gestão da Reserva da Biosfera Selva EL Ocote. Anteriormente, a reserva havia aplicado a metodologia de Análise das Ameaças (AA), que identificava os alvos de conservação (os elementos naturais mais importantes a serem conservados dentro do sítio), os impactos e as ameaças que enfrentavam (fontes de impacto) e os que mais apresentavam riscos ao processo de continuidade de conservação. A Análise das Ameaças deu-se em três níveis: primeiro, incorporação de idéias do IHNE; segundo, nível de análises realizado com os membros do Conselho Técnico de Assessoria da Reserva e, finalmente o terceiro nível, incorporação das idéias das comunidades locais por meio de diagnósticos da comunidade, assim como das prefeituras municipais e órgãos do governo envolvidos na área protegida.

Para a concepção dos componentes ou das principais linhas estratégicas do Programa de Gestão, realizou-se um seminário em setembro de 1997 com o apoio da SEMARNAP e do Centro de Educação e Capacitação para o Desenvolvimento Sustentável. Assim, seis componentes ficaram integrados: a) Componente de conservação e preservação ecológica; b) Componente de aproveitamento e desenvolvimento sustentável; c) Componente de pesquisa científica e monitoramento; d) Componente de educação, divulgação e capacitação; e) Componente de administração e finanças e f) Componente de avaliação. Cada um dos componentes tem um objetivo peculiar, que enfrenta uma problemática própria com certas estratégias, especifica em que zona se aplicarão, quando se aplicarão e detalha as ações para os próximos cinco anos.

Dentro do componente de avaliação se concebeu o novo Scorecard, levando em consideração cinco indicadores de sucesso:

- *Indicadores de conservação e restauração*
- *Indicadores de aproveitamento de recursos naturais, desenvolvimento sustentável e uso público.*
- *Indicadores de pesquisa científica e monitoramento.*
- *Indicadores de educação, divulgação e capacitação.*
- *Indicadores de administração e finanças.*

Estes indicadores correspondem a cada um dos componentes de gestão, exceto o componente de avaliação. Ou seja, cada componente de gestão tem seu indicador. Cada indicador está dividido em 5 “graus de qualificações”. É importante assinalar que se utilizaram idéias de outras metodologias de planejamento como o marco referencial e a metodologia de Planejamento de Projetos Orientadas a Objetivos (ZOPP).

Descrição do novo Scorecard

Os indicadores ficaram da seguinte forma:

Indicadores de conservação e restauração

5.- Por meio de um regulamento ecológico, zoneamento, projetos contra incêndios florestais, patrulhamento e a participação de todos os setores, estão assegurados a proteção da zona central da flora e fauna com status de conservação, assim como de outros elementos da área como monumentos arqueológicos, sistemas de cavernas e fontes hidrológicas.

4.- Em todos os planos, conta-se com uma aplicação sistemática, as ações têm o consenso de todos os setores com o início de uma participação ordenada, e todas as ameaças estão sendo enfrentadas com diferentes graus de progresso.

3.- Existe um conjunto considerável de planos definidos de regulamentação, patrulhamento, proteção da zona central da flora e fauna e de outros elementos de conservação. Existem alguns setores que participam nessas tarefas. Algumas ameaças estão sendo enfrentadas, porém os problemas de estabilidade na área ainda persistem.

2.- Planeja-se ações para a regulamentação, patrulhamento e combate aos incêndios, mas de maneira isolada com pouca ou nenhuma participação. As ameaças ao sítio são combatidas de maneira isolada e de forma básica, porém o sítio como um todo não é levado em consideração.

1.- Não existe regulamentação nem projetos de proteção e a área está bastante ameaçada por atividades humanas ou fenômenos naturais.

Estado A = 3 P = 4 O = 5

A: atual; P: planejado por cinco anos; O: objetivo final

Indicadores de aproveitamento de recursos naturais, desenvolvimento sustentável e uso público

5.- Na totalidade da área, o aproveitamento dos recursos naturais apoia-se em um regulamento baseado em um consenso, em critérios de sustentabilidade e no zoneamento da área; existem projetos alternativos para a reserva e para as comunidades locais como: ecoturismo, desenvolvimento florestal, Unidades de Gestão de Vida Silvestre (UMAS) seqüestro de carbono etc., que asseguram o desenvolvimento econômico e a conservação de todos os recursos a longo prazo. Em geral, as atividades agropecuárias estão baseadas em técnicas sustentáveis, contendo assim o avanço da fronteira agropecuária. As obras de desenvolvimento consideram aspectos ambientais e se realizam medidas de mitigação dos impactos; os assentamentos humanos não impactam de forma significativa o entorno. Tudo se realiza com a participação local e uma boa coordenação interinstitucional, tanto para o planejamento quanto para a execução, mediante um Plano Integral de Desenvolvimento Sustentável. Existe uma agenda de política ambiental comum

4 - Com autoridades e boa parte das comunidades, chega-se a acordos consensuais de regulamentação para o uso de recursos, que incluem os critérios de sustentabilidade e zoneamento, dando início à fase de execução do regulamento. As propostas sobre gestão de vida silvestre (UMAS), carbono etc. são apresentadas. A maioria das comunidades conta com projetos agropecuários, que possuem técnicas sustentáveis e com mais apoio para seu desenvolvimento. O avanço da fronteira agropecuária é contido em 80% da reserva. As obras de desenvolvimento levam em consideração e respeitam aspectos ambientais, e algumas realizam trabalhos de mitigação ambiental. Existe participação local em vários aspectos, boa parte das agências se coordenam e trabalham sob orientação de projetos consensuais. As bases de observação das políticas ambientais comuns são estabelecidas.

3.- Algumas comunidades firmaram acordos para a regulamentação do uso de recursos, no entanto, ainda não estão fundamentadas em critérios de sustentabilidade e zoneamento da área. Submetem-se propostas para projetos de alternativa econômica para a reserva e para a população local. A metade das comunidades locais, quando muito, conta com projetos piloto para tecnologia sustentável. Existem alguns recursos mistos para este fim, e em 50% da reserva, contem-se o avanço da fronteira agropecuária. Os projetos de desenvolvimento levam em consideração as medidas ambientais; alguns observam e realizam medidas de diminuição dos impactos. Existem projetos com boa participação local e coordenação institucional, assim como estratégias definidas para criação de uma agenda política ambiental em comum.

2.- Existem planos para a regulamentação de recursos. As alternativas econômicas para as populações são examinadas. Os projetos existentes são incipientes com pouco financiamento, que visam conter o avanço da fronteira agropecuária. Os projetos de desenvolvimento atendem a alguns dos critérios ambientais, no entanto estes ainda não são percebidos. Existem alguns projetos com certo grau de participação e coordenação. Existem políticas tanto contrárias quanto favoráveis à conservação.

1.- O acesso aos recursos naturais é livre, ocasionando sua conseqüente deterioração, já que a regulamentação é incipiente. Não existem alternativas econômicas para as populações locais, a fronteira agropecuária avança, os projetos de desenvolvimento e assentamentos humanos impactam negativamente os ecossistemas e não existe um planejamento participativo nem coordenado. Existem políticas divergentes com impactos negativos na área natural protegida.

Estado A = 2 P = 4 O = 5

A: atual; P: planejado por cinco anos; O: objetivo final

Indicadores de pesquisa científica e monitoramento

5.- Conta-se com um registro sistematizado de pesquisas e pesquisadores, e acessível ao público, que permite dispor de conhecimentos necessários sobre os recursos naturais que delinea as novas estratégias de conservação, produção sustentável e aproveitamento em várias áreas dos ecossistemas. Existe um programa de pesquisa permanente baseado nas necessidades de gestão da reserva, com base em dados atualizados e que está sendo

executado por pesquisadores e utilizado pela sociedade em geral. Todas as ameaças e alvos de conservação estão sendo monitoradas de forma adequada e sistemática, a fim de estabelecer uma gestão apropriada da área.

4.- Um registro sistematizado de pesquisas e pesquisadores, que gera conhecimento, está em fase de finalização, sendo que boa parte dele é utilizado para a gestão da área, porém só está acessível a administradores e especialistas. Existe uma presença maior de pesquisadores, que respondem a um programa baseado nas necessidades de gestão e em uma base de dados disponíveis. Existe um programa de monitoramento específico para algumas ameaças e alvos de conservação, que recomenda diretrizes específicas de gestão.

3.- Conta-se com documentos, publicações e relatórios de pesquisa que estão sendo utilizados pela gestão. Existem algumas pesquisas e pesquisadores que se empenham na resolução das necessidades de gestão para a área e de um programa incipiente de pesquisa, Formulando um programa de monitoramento.

2.- Existem pesquisas isoladas publicadas de certa utilidade para a gestão da reserva. De maneira limitada, os especialistas têm acesso à informação. A necessidade de desenvolver um Plano de Monitoramento torna-se evidente.

1.- Existem pesquisas isoladas, que não respondem às necessidades de gestão da reserva, pois o acesso à informação é deficiente. Não existe monitoramento.

Estado A = 3 P = 4 O = 5

A: atual; P: planejado por cinco anos; O: objetivo final

Indicadores de educação, divulgação e capacitação

5.- A maioria da população demonstra uma atitude favorável à reserva, que se traduz em apoios e alianças para a conservação e o desenvolvimento sustentável. Em todos os níveis, os valores de conservação e os resultados dos esforços e desenvolvimento difundem-se sistematicamente. Todo o quadro de funcionários da reserva participa de um programa sistemático e ativo de capacitação profissional, que abrange diversos participantes da área natural protegida.

4.- Existe um programa estabelecido de educação ambiental com indicadores que estimulam uma mudança, criando uma atitude favorável e o apoio de pessoas conscientes dessas questões. Difundem-se os valores e os resultados da conservação utilizando diversos meios. O quadro de funcionários e alguns participantes da reserva participam de cursos de treinamento.

3.- Institui-se atividades de educação ambiental que permitem conhecer a área, mas geralmente, a divulgação é limitada. Poucos membros do quadro de funcionários da reserva participam de cursos de treinamento.

2.- Existem esforços isolados envolvendo atividades de conscientização ambiental e divulgação. Não existem programas de capacitação profissional.

1.- A população local tem uma atitude indiferente ou negativa com relação à reserva. Não existe um programa de educação, divulgação e nem capacitação.

Estado A = 4 P = 5 O = 5

A: atual; P: planejado por cinco anos; O: objetivo final

Indicadores de administração e finanças

5.- Conta-se com fontes diversificadas de financiamento e de recursos necessários para a gestão da área, baseados em um programa de financiamento de atualização constante. Uma estratégia para alcançar auto-suficiência operacional está sendo desenvolvida. Existe uma administração ágil, transparente e sistematizada dos recursos humanos, financeiros e materiais.

4.- Existe maior participação de recursos públicos na área, com diversificação de fontes privadas, nacionais e internacionais, que em seu conjunto cobrem boa parte das necessidades de financiamento. Tudo é feito com base em um plano de financiamento a longo prazo. Uma estratégia para obter auto-suficiência operacional está sendo concebida. A administração está pautada e dirigida por uma administração ágil, transparente e sistematizada dos recursos humanos, financeiros e materiais.

3.- Existe participação de recursos públicos e de fontes privadas que permitem a gestão básica da área. O plano financeiro está concluído com fontes e mecanismos recorrentes. Não existe estratégia para atingir a auto-suficiência operacional. O processo de desenvolvimento administrativo está no início.

2.- Existem alguns recursos privados na área com um planejamento financeiro em desenvolvimento. A administração é incipiente.

1.- Não existem recursos para a área, nem evidência de planejamento financeiro ou de fontes de financiamento.

Estado A = 3 P = 4 O = 5

A: atual; P: planejado por cinco anos; O: objetivo final

Avaliação dos indicadores

Cada indicador está dividido em 5 qualificações, em que 5 é o grau de progresso mais desejado e 1 é o grau de progresso mais baixo. O Programa de Gestão estabelece o estado atual, assinalado com um “A”; o que se pretende alcançar em 5 anos, está assinalado com uma letra “P”; e o cenário adequado (objetivo final), está assinalado com um “O”.

Aplicação da adaptação do Scorecard

O Plano de Gestão da Reserva da Biosfera Selva El Ocote foi publicado no final de 2000. Desta data até o momento da publicação deste estudo de caso, o novo Scorecard não pôde ser aplicado basicamente em virtude de cortes orçamentários e no quadro de funcionários e em virtude das mudanças na estrutura da organização da CONANP, que desviaram as prioridades de ação para os componentes que requeriam mais urgência, como no caso da atenção a incêndios florestais. Os avanços do Programa de Gestão têm sido retratados somente por meio de informes trimestrais realizados para determinar o avanço dos programas operativos ao longo do ano.

Lições aprendidas, recomendações e conclusões

O Scorecard do programa PeP estabeleceu as bases para a gestão do sítio, permitiu organizar as ações e esclareceu as providências a serem tomadas na reserva com poucos recursos.

O novo Scorecard constitui uma segunda fase com enfoque nos processos de gestão em um sítio consolidado.

A implementação do novo Scorecard está ainda pendente. Observa-se que as ações de continuidade, avaliação e monitoramento também necessitam de recursos financeiros para serem postas em prática.

Estudo de caso sobre a concepção de um Scorecard para o desenvolvimento comunitário na Reserva da Biosfera Montes Azules, Chiapas – México

Antecedentes do sítio onde se aplicou a adaptação do Scorecard

Uma das regiões de maior diversidade biológica no México é a Selva Lacandona, situada ao leste do estado de Chiapas, por esse motivo foi identificada como um dos sítios prioritários para a conservação no México. Um hectare desta selva chiapaneca pode abrigar 160 espécies de plantas vasculares e até 7.000 árvores; podendo uma só árvore abrigar 70 espécies diferentes de orquídeas, centenas de espécies de escaravelhos, formigas e outros insetos. Já se registrou 500 espécies de mariposas diurnas, 27% dos mamíferos e 30% das aves de todo o país.

A Reserva da Biosfera Montes Azules abrange 34,6% da superfície da Selva Lacandona e contribui de forma considerável para o maciço da floresta tropical da Selva Maia. O principal ecossistema é a selva tropical úmida.

No dia 12 de janeiro de 1978, foi publicado no Diário Oficial da Federação um decreto que estabeleceu a Zona de Proteção Florestal e a Reserva Integral da Biosfera Montes Azules. Esse decreto definiu a área territorialmente, embora a sua demarcação não tenha sido realizada e ajudou a estabelecer uma norma para o uso dos recursos Naturais de Montes Azules, cuja superfície se inclui dentro dos terrenos da Comunidade Lacandona, assim como de outros logradouros. Desde então, essa reserva tem se caracterizado por numerosos conflitos de caráter agrário, social e político. Numerosas iniciativas também têm sido promovidas para organizar e resolver os conflitos na região, infelizmente sem o êxito desejado.

Em 1990, foi publicado o primeiro documento que examina as ações de gestão para a reserva, formando-se um Grupo Técnico de Planejamento. Em 1992, esse Plano é retomado e se obtém uma segunda versão.

A partir de 1994, instala-se uma agência operativa para a reserva com infra-estrutura básica para seu funcionamento (funcionários, equipamento e recursos financeiros), graças ao apoio do Fundo para o Meio Ambiente Mundial – FMAM (Global Environmental Facility – GEF). Em 1997, forma-se o Conselho Técnico de Assessoria, integrado por representantes de instituições e comunidades da reserva. Finalmente, publica-se o Programa de Gestão da Reserva da Biosfera Montes Azules no ano 2002.

Desenvolvimento da adaptação do scorecard

O Instituto de História Natural (IHN) e a The Nature Conservancy (TNC) são as entidades que iniciaram um processo consistente de conservação nas áreas naturais protegidas de Chiapas, proporcionando bases sólidas para o planejamento e gestão dessas áreas. Várias pessoas que faziam parte do quadro de funcionários da Reserva da Biosfera Montes Azules (REBIMA), em 1994, passaram a fazer parte do quadro de funcionários do IHN, fato de grande relevância, pois o conhecimento e experiências adquiridas por eles durante sua formação profissional dentro de diversas áreas naturais, incluídas no programa Parques em Perigo (PeP), foram transferidas para um sítio que não estava incluído dentro deste programa.

Ao se iniciar os trabalhos dentro do Projeto de Desenvolvimento Comunitário da REBIMA, alguns aspectos de caráter social que não existiam nos sítios PeP de Chiapas foram identificados, basicamente a presença de comunidades indígenas, que tinham seu próprio idioma e um amplo conhecimento dos recursos naturais. Por este motivo, os funcionários desta reserva decidiram desenvolver um Scorecard que incluísse as variáveis humanas como fator de conservação para o sítio.

Descrição da adaptação do Scorecard

O objetivo deste Scorecard foi uma tentativa para avaliar o avanço das ações de desenvolvimento comunitário visando orientar as ações nessa área.

O processo de concepção deste Scorecard incluiu a realização de 3 seminários com diferentes grupos:

- Seminários comunitários, com o intuito de conscientizar as comunidades com relação aos recursos naturais e a forma de conservá-los.
- Seminários internos, com a equipe de trabalho que definiu indicadores, qualificações e sítios onde o trabalho se desenvolveria.
- Seminários interinstitucionais, com o fim de definir como as diversas entidades poderiam colaborar e contribuir para atingir os objetivos de conservação do sítio.

Para definir as atividades e avaliar os avanços nas ações de Desenvolvimento Comunitário da Reserva da Biosfera Montes Azules, o Scorecard foi adaptado com os 6 indicadores seguintes:

- Indicador 1.- Gestão sustentável dos recursos naturais
- Indicador 2.- Plano de conservação e desenvolvimento comunitário
- Indicador 3.- Organização comunitária
- Indicador 4.- Plano de saúde ambiental comunitário
- Indicador 5.- Participação da mulher na conservação dos recursos
- Indicador 6.- Benefício econômico

Conceitualmente, esse Scorecard é similar ao do El Ocote, isto é, ao do programa PeP. Os indicadores estão divididos em 5 qualificações, sendo 5 o nível desejado e 1 o nível mais baixo. Segue abaixo o Scorecard para o desenvolvimento comunitário:

Adaptação do Scorecard para as ações de desenvolvimento comunitário na Reserva da Biosfera Montes Azules, Chiapas – México

Indicador 1.- Gestão sustentável dos recursos naturais

5=	Realizam-se atividades de conservação e proteção dos recursos naturais em uso e nos processos produtivos comunitários e se avaliam os impactos positivos
4=	Realizam-se atividades de conservação e proteção dos recursos naturais e dos processos produtivos, porém não são avaliados
3=	Existe um programa de treinamento para as atividades tecnológicas produtivas de conservação e proteção dos recursos em uso, no entanto, não se aplicam tais técnicas
2=	Alguma forma de capacitação em técnicas de produção que conservem e protejam os recursos naturais em uso foram desenvolvidas
1=	Nenhuma atividade que propusesse alternativas foi realizada

Indicador 2.- Plano de conservação e desenvolvimento comunitário

5=	Nos recursos naturais, um plano de conservação e desenvolvimento comunitário foram avaliados e monitorados com impactos positivos
4=	Um programa de conservação e desenvolvimento comunitário já foi concluído
3=	Foram realizadas consultas e seminários de planejamento participativo para a realização do programa de conservação e desenvolvimento comunitário
2=	Obteve-se aceitação para início da elaboração do programa
1=	Não se realizou nenhuma atividade para propor alternativas

Indicador 3.- Organização comunitária

5=	Realizam-se atividades de conservação e proteção dos recursos naturais em uso, nos processos produtivos comunitários e se medem os impactos positivos
4=	Realizam-se atividades de conservação e proteção dos recursos naturais nos processos produtivos, porém não são medidos
3=	Existe um programa de capacitação para as atividades tecnológicas produtivas de conservação e proteção do recurso em uso, porém tais técnicas não são aplicadas
2=	Algum tipo de formação em técnicas de produção que conservem e protejam os recursos naturais em uso foram desenvolvidas
1=	Nenhuma atividade que propusesse alternativas foi realizada

Indicador 4.- Plano de saúde ambiental comunitário

5=	Realizam-se atividades de saúde ambiental na unidade familiar e na comunidade, para que os impactos positivos sejam medidos
4=	Realizam-se atividades de saúde ambiental na unidade familiar e na comunidade, no entanto, não são medidas
3=	Existe um programa de saúde ambiental, porém não é aplicado
2=	Foram desenvolvidos seminários participativos para a saúde ambiental comunitária e familiar
1=	Nenhuma atividade foi realizada

Indicador 5.- Participação da mulher na conservação dos recursos

5=	As mulheres estão organizadas e trabalham com projetos de conservação e aproveitamento sustentável dos recursos naturais
4=	As mulheres estão organizadas, no entanto nenhum projeto de conservação e aproveitamento sustentável dos recursos naturais foi desenvolvido ou aplicado
3=	Atividades participativas para organizar as mulheres foram realizadas
2=	Existe uma proposta de organizar a participação das mulheres, porém não há consenso
1=	Nenhuma atividade foi realizada

Indicador 6.- Benefício econômico

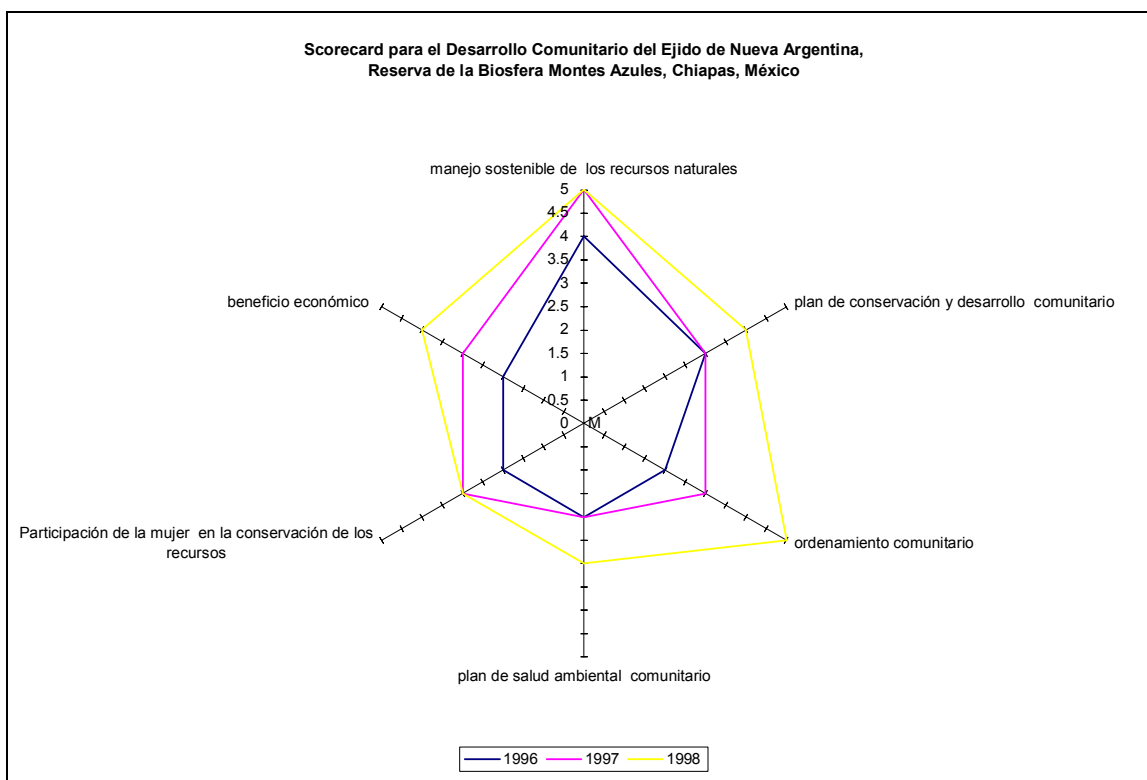
5=	Existe comércio e a avaliação da relação entre custo / benefício nos projetos de desenvolvimento comunitário é positiva
4=	Existe comércio, porém não se avaliou a relação custo / benefício dos projetos
3=	Avaliou-se positivamente a fase de pós-colheita ou pós-produção e comercialização
2=	Não foi realizada nenhuma avaliação pós-colheita ou pós-produção e comercialização
1=	Não existe nenhum benefício econômico

Aplicação da adaptação do Scorecard

Esse Scorecard foi aplicado durante 3 anos (1996, 1997 e 1998) nos logradouros de Nueva Palestina, Nueva Villaflores e Nueva Argentina, dentro da REBIMA. A informação obtida em cada aplicação desse Scorecard era introduzida em um modelo (tabela de cálculo por logradouro) e em um gráfico que, de maneira muito simples e esquemática, refletia o estado atual e os progressos por comunidade e por indicador. Esse método possibilitava direcionar as ações para os indicadores mais baixos e reforçar os que estavam bem.

Resultados: tabela de cálculo do Sítio Logradouro Nueva Argentina, Reserva da Biosfera Montes Azules, Chiapas – México

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	1996	1997	1998
Indicador: Gestão sustentável dos recursos naturais	4	5	5
Indicador: Plano de conservação e desenvolvimento comunitário	3	3	4
Indicador: Organização comunitária	2	3	5
Indicador: Plano de saúde ambiental comunitário	2	2	3
Indicador: Participação da mulher na conservação dos recursos	2	3	3
Indicador: Benefício econômico	2	3	4



Scorecard para o Desenvolvimento do Logradouro de Nueva Argentina, Reserva da Biosfera Montes Azules, Chiapas, México
gestão sustentável dos recursos naturais
plano de conservação e desenvolvimento comunitário
organização comunitária
plano comunitário de saúde ambiental
participação da mulher na conservação dos recursos
benefício econômico

Algumas ferramentas metodológicas complementares, utilizadas durante a concepção ou a aplicação do Scorecard de desenvolvimento comunitário foram: a Avaliação Rural Participativa (ERP), Método do Sistema de Produtividade (SIMAPRO), o Modelo de Avaliação e Medição de Indicadores da Sustentabilidade (MESMIS) e a Avaliação da Sustentabilidade a partir dos Recursos Naturais (PET-FAO/UNESCO).

Resultados na aplicação do Scorecard no desenvolvimento comunitário

Dentre os resultados mais relevantes obtidos com a aplicação da metodologia destacam-se:

- as organizações territoriais nos logradouros Nueva Vilaflores e Nueva Argentina: permitiu que se recuperassem 150 hectares que afetavam as margens do Rio Azul.
- mudança de atitude das comunidades onde se realizou trabalhos referente aos recursos naturais por meio de um Programa de Restauração ambiental.
- a compilação do Conhecimento Tradicional Chol (classificação de terras que abrangem a relação do potencial agrícola com as espécies florestais: a relação planta e solo define a vocação do uso do solo).
- a aplicação desse novo Scorecard estabeleceu as bases que definiram um dos componentes de gestão da área: “O Componente de Desenvolvimento Social”, assim como a proposta de subzoneamento da REBIMA.

Lições aprendidas

O componente social no Scorecard do programa PeP é extremamente frágil. Em virtude da relevância da parte social na maioria das áreas naturais protegidas de Chiapas, no México, com ou sem as comunidades indígenas, a incorporação de indicadores de caráter social é fundamental para melhorar a gestão das áreas naturais protegidas e, sobretudo, identificar e delinear uma estratégia de trabalho com as pessoas.

Conclusões

É evidente a importância de ambos Scorecards, que na realidade não foram adaptações, senão concepção de novos Scorecards requeridos por ambas as reservas, de acordo com as necessidades individuais de cada uma: em El Ocote, para medir os progressos do Programa

de Gestão e, em Montes Azules, e para medir o êxito referente ao trabalho de desenvolvimento comunitário.

Mesmo que o Scorecard de El Ocote não tenha sido ainda aplicado, é indubitável que só o fato de contar com ele já significa um passo adiante. É indubitável também que seria muito bom colocá-lo em prática.

Entretanto, o caso de Montes Azules atrai mais a atenção, pois é precisamente a parte inconsistente do Scorecard do programa PeP. Esta é uma inovação muito útil, que valeria a pena repetí-la em outros sítios.

Referências bibliográficas

SEMARNAT, CONANP. 2000. Programa de Gestão da Reserva da Biosfera Selva El Ocote. 220 páginas.

SEMARNAP, INE. 2000. Programa de Gestão da Reserva da Biosfera Montes Azules. México. 255 páginas.

Em 1990, foi criado o Parks in Peril Program – PiP (Programa Parques em Perigo) a partir de um esforço emergencial para proteger os ecossistemas naturais, as comunidades ecológicas e as espécies mais ameaçadas na América Latina e na região do Caribe. Com os recursos da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), administrados pela The Nature Conservancy (TNC), o Programa PiP trabalhou com 30 organizações parceiras não-governamentais, a fim de conduzir um esforço em colaboração com órgãos governamentais e principais interessados na consolidação dos recursos técnicos, humanos e financeiros, necessários à manutenção da conservação desses sítios no futuro. Até 2002, o Programa PiP tinha incrementado a proteção, a gestão, o financiamento e o apoio local de 37 áreas protegidas em 15 países, cobrindo uma extensão de 11,4 milhões de hectares.

Dez estudos de caso foram desenvolvidos pela TNC e por parceiros para fundamentar e ilustrar as lições aprendidas e as recomendações sobre o progresso feito em direção à consolidação dos sítios do PiP, de 1990 a 2002. Este documento apresenta um desses casos.

Este documento foi possível graças ao apoio do Escritório de Desenvolvimento Regional Sustentável, Divisão de América Latina e Caribe, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), conforme as condições da Doação No. EDG-A-00-01-00023-00 para o programa Parks in Peril. As opiniões aqui expressadas pertencem ao autor (ou autores) e não refletem necessariamente as da USAID.